



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SINOPSE	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	PAULOCAS
		VET	00025	2008	17	07	2008		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Aguardando Leitura.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MONDIN
		VET	00025	2008	11	08	2008		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 97 a 106 referentes à Mensagem nº 86, de 2008-CN (nº 508/2008, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto parcial aposto ao PLS nº 59, de 2004.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MONDIN
		VET	00025	2008	11	08	2008		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 107 a 109 referentes ao estudo do veto parcial aposto ao PLS nº 59, de 2004.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MONDIN
		VET	00025	2008	11	08	2008		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntada fls. 110 referente à cópia do Ofício nº 447/2008-CN, do Presidente do Senado Federal, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN ATA-PLEN	JOAOALVI
		VET	00025	2008	14	10	2008		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	BETNUNES
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00025	2008	30	10	2008	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO

17:36 h - Leitura.

A Presidência solicita ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados as indicações dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar as Comissões Mistas a serem incumbidas de relatar o veto que acaba de ser lido e informa que o prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 29 de novembro de 2008

A matéria vai à publicação.

Nesta data foi encaminhada à SEEP os respectivos vetos para a confecção dos respectivos avulsos.

Publicação no DCN de 31/10/2008.

À SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOAOALVI
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00025	2008	10	11	2008	CN SSCLCN	

**** AÇÃO DE SANEAMENTO **** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	POLLÁ
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00025	2008	19	11	2008	CN SSCLSF	

À SCLSF, por solicitação.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	TULIO
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLSF	VET	00025	2008	19	11	2008	CN SSCLSF	

Recebido neste órgão, nesta data.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	TULIO
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLSF	VET	00025	2008	19	11	2008	CN ADVOSF	

Juntei, às fls 113/136, original do Ofício 8410/R, de 19/11/2008, do Supremo Tribunal Federal solicitando informações sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 4167.

À Advocacia do Senado.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ELPIDIO
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ADVOSF	VET	00025	2008	25	11	2008	CN SSCLSF	

DEVOLUÇÃO C/ CÓPIA DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS STF ATRAVÉS OF. 084/08-PRESID/ADVOSF. ADIN 4167



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLSF	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	RHAUA
		VET	00025	2008	25	11	2008		

Devolvido à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional - SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLSF	JOAOALVI
		VET	00025	2008	28	01	2009		

À SCLSF por solicitação.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLSF	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN ADVOSF	RHAUA
		VET	00025	2008	28	01	2009		

Juntei, à fl. 149, original do Ofício nº 86-P/MC do Supremo Tribunal Federal comunicando o deferimento parcial da medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 4167.

À Advocacia do Senado.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN ADVOSF	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLSF	ELPIDIO
		VET	00025	2008	27	04	2009		

A PEDIDO DE JOÃO.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLSF	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	RHAUA
		VET	00025	2008	27	04	2009		

Encaminhado à SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN ATA-PLEN	RODRIGUE
		VET	00025	2008	27	04	2009		

Incluído em Ordem do Dia da Sessão Conjunta do dia 28.4.2009, às 19:00 horas.

***** Retificado em 18/05/2009*****

Juntada cópia de requerimento, datado de 28-4-2009, do Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Gilmar Machado, e outros Srs. Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando que os itens 1, 2, 5, 7, 10, 11, 12, 45, 54, 57, 68, 70, 71, 78, 86, 96, 103, 125, 127 e 139 não constem da cédula única de votação da sessão de 6-5-2009, conforme solicitação de vários partidos políticos, de ambas as Casas.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN ATA-PLEN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN ATA-PLEN	OTAVIOL
		VET	00025	2008	27	04	2009		

A Sessão Conjunta foi transferida para o dia 06/05/2009, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN ATA-PLEN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	OTAVIOL
		VET	00025	2008	13	05	2009		

09:28 - Retirado da pauta, nos termos do Requerimento nº 10, de 2009-CN.
À SCLCN.



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SGM	LUCIASC
		VET	00025	2008	14	05	2009			

À Secretaria Geral da Mesa, a pedido.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		
	CN SGM	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLCN	RHAUA
		VET	00025	2008	14	05	2009			

Juntei, às fls. 151/153, Ofício nº 0231/09, da Câmara Municipal de Porto Alegre, encaminhando manifestação sobre a matéria.

Devolvido à SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLCN	LUCIASC
		VET	00025	2008	20	05	2009			

Juntada fls. 154 referente ao Ofício SGM/P nº 863, de 2009, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLS F	MONDIN
		VET	00025	2008	01	06	2009			

À Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado, por empréstimo.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		
	CN SSCLS F	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	ADVOS F	RHAUA
		VET	00025	2008	01	06	2009			

Juntei, às fls. 155/172, original do Ofício 4981/R, do Supremo Tribunal Federal, solicitando informações para instruir a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4167.

Encaminhado à Advocacia do Senado.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		
	CN ADVOS F	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLS F	ELPIDIO
		VET	00025	2008	16	06	2009			

A PEDIDO DE JOÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		
	CN SSCLS F	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLCN	JANICECA
		VET	00025	2008	17	06	2009			

À SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	ADVOS F	MONDIN rev. MONDIN
		VET	00025	2008	30	06	2009			

À Advocacia do Senado Federal, por solicitação.



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN ADVOSF	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	ELPIDIO rev. ELPIDIO
		VET	00025	2008	06	07	2009		

DEVOLUÇÃO APÓS CONSULTA

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	DARLETH rev. DARLETH
		VET	00025	2008	13	08	2009		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Recebido neste órgão em 06/07/2009.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MARCOSP rev. MARCOSP ret. AURENICE
		VET	00025	2008	10	05	2011		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Incluído na ordem do dia da Sessão Conjunta de 11 de maio de 2011, às 12 horas.

***** Retificado em 11/05/2011 *****

Retirado da Ordem do Dia em razão do adiamento da sessão, por acordo dos Senhores Líderes da Câmara e do Senado. (Of. 549/2011-CN)

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SGM	MONDIN rev. MONDIN
		VET	00025	2008	16	05	2011		

À SGM, acompanhando o PLS nº 59, de 2004, solicitado.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SGM	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	FCARVAL rev. FCARVAL
		VET	00025	2008	16	05	2011		

Devolvido à SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MARCOSP rev. MARCOSP
		VET	00025	2008	30	08	2012		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN ATA-PLEN	MONDIN rev. MONDIN
		VET	00025	2008	18	12	2012		

STATUS: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do Dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN ATA-PLEN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	OTAVIOL rev. OTAVIOL
		VET	00025	2008	19	12	2012		

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MONDIN rev. SAZEVEDO
		VET	00025	2008	26	08	2013		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	BRUNOMB
		VET	00025	2008	27	08	2013		

Desconsiderem-se os seguintes registros, uma vez que pertencem à tramitação do SCD 59/2004:

19/11/08 - Juntei, às fls 113/136, original do Ofício 8410/R, de 19/11/2008, do Supremo Tribunal Federal solicitando informações sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 4167.
À Advocacia do Senado.

25/11/08 - DEVOLUÇÃO C/ CÓPIA DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS STF ATRAVÉS OF. 084/08-PRESID/ADVOSF. ADIN 4167

14/05/09 - Juntei, às fls. 151/153, Ofício nº 0231/09, da Câmara Municipal de Porto Alegre, encaminhando manifestação sobre a matéria.
Devolvido à SCLCN.

01/06/09 - Juntei, às fls. 155/172, original do Ofício 4981/R, do Supremo Tribunal Federal, solicitando informações para instruir a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4167.
Encaminhado à Advocacia do Senado.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	BRUNOMB rev. BRUNOMB
		VET	00025	2008	01	08	2014		

A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	BRUNOMB
		VET	00025	2008	21	10	2014		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Em 21 de outubro de 2014, foram desentranhadas do processado do SCD nº 59, de 2004, as fls. 97/112, fls. 149/150 e fl. 154, que passam a constituir este processado com a seguinte numeração fls. 97/115.

VETO 25/2008
MCN 86/2008

Mensagem nº 508

À Comissão Mista
Em 30 / 10 / 2008

Senador ÁLVARO DIAS
Segundo Vice-Presidente

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 59, de 2004 (nº 7.431/06 na Câmara Deputados), que “Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica”.

Ouvida, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso I do art. 3º


“Art. 3º


I – a partir de 1º de janeiro de 2008, acréscimo de 1/3 (um terço) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei e o vencimento inicial da Carreira vigente;
.....”

Razões do Veto

“O art. 3º determina a vigência do piso salarial a contar do ano de 2008 e prevê, em seu inciso I, que a primeira parcela seja integralizada, de forma retroativa, tendo como marco inicial a data de 1º de janeiro de 2008. Estabelece, portanto, a obrigação de pagar ainda neste exercício financeiro a diferença a que farão jus os profissionais do magistério.

Os Estados e Municípios, por meio de suas entidades representativas, manifestaram-se no sentido de que tal comando impõe aos entes federados uma obrigação que não pode ser cumprida, contrariando, assim, o interesse público. Isso porque se determinassem a realização do aumento, ainda em 2008, estariam contrariando frontalmente o disposto no art. 169 da Constituição Federal, que impõe que a concessão

Secretaria Legislativa do
Congresso Nacional
VET nº 25 / 2008
Fls. 4/97 Rubrica: 

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
Veto nº 25 / 2008
Fls.: 97 Rubrica: 

de qualquer vantagem ou aumento de remuneração na Administração Pública deve contar com previsão específica na respectiva lei orçamentária, o que seguramente não ocorreu.

No caso particular dos municípios, a situação é ainda mais grave, haja vista que a realização de eleições municipais neste ano os submete a restrições específicas da legislação eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seu art. 21, parágrafo único, proíbe expressamente o aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato.”

Ouvidos também, o Ministério da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 7º

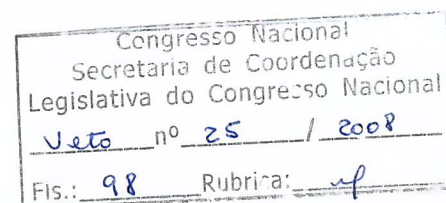
“Art. 7º Constitui ato de improbidade administrativa a inobservância dos dispositivos contidos nesta Lei, sujeito às penalidades previstas pela Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.”

Razões do Veto

“O art. 11 da Lei nº 8.429, de 1992, relaciona os atos de improbidade atentatórios aos princípios da Administração Pública. Consistem em ações ou omissões capazes de violar os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade. Portanto, a conduta de violação da lei já está consubstanciada na Lei de Improbidade Administrativa.

Saliente-se que a mera inobservância de dispositivo legal não é capaz de configurar o ato de improbidade, restando indispensável a comprovação da deslealdade ou da desonestidade para com a administração. O escopo da lei é punir o administrador desonesto, e não o inábil ou o que não possua os meios materiais de cumprir as determinações legais, notadamente as de ordem financeira. O mero erro legal do agente, sem desonestidade ou má-fé, não configura ato de improbidade.

Assim, apenas por expressa determinação legal, inserida no art. 10 da Lei nº 8.429, de 1992, é que se admite a penalização por conduta culposa. Destarte, entende-se que art. 7º do projeto não pode ser sancionado, pois a interpretação do dispositivo fora do sistema traçado pela Lei de Improbidade pode ensejar a penalização equivocada de condutas não dolosas.”

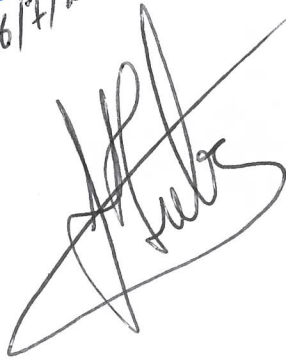


Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 16 de julho de 2008.

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
Veto nº	25 / 2008
Fis.: 99	Rubrica: 21

Sanciona em parte, pelas
razões constantes da
Mensagem de veto.
16/7/2008



Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.


§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no **caput** deste artigo.

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
Veto nº 25	/ 2008
Fis.: 100	Rubrica: 

Art. 3º O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das Carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:

I – a partir de 1º de janeiro de 2008, acréscimo de 1/3 (um terço) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei e o vencimento inicial da Carreira vigente;

II – a partir de 1º de janeiro de 2009, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, e o vencimento inicial da Carreira vigente;

III – a integralização do valor de que trata o art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2010, com o acréscimo da diferença remanescente.

§ 1º A integralização de que trata o **caput** deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2º desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.

Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

§ 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o **caput** deste artigo.

§ 2º A União será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos.

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Parágrafo único. A atualização de que trata o **caput** deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

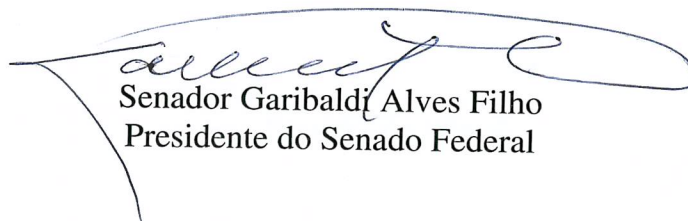
Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal.

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
Julho	nº 25 / 2008
Fis.: 101	Rubrica: uf

Art. 7º Constitui ato de improbidade administrativa a inobservância dos dispositivos contidos nesta Lei, sujeito às penalidades previstas pela Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 03 de julho de 2008.



Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

LEI Nº 11.738 , DE 16 DE JULHO DE 2008.

Regulamenta a alínea "e" do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea "e" do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

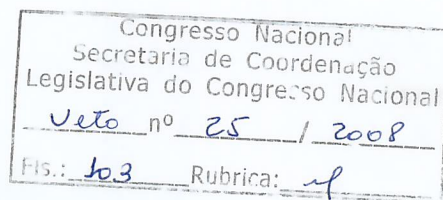
§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no **caput** deste artigo.

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Art. 3º O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das Carreiras dos profissionais da



educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:

I – (VETADO);

II – a partir de 1º de janeiro de 2009, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, e o vencimento inicial da Carreira vigente;

III – a integralização do valor de que trata o art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2010, com o acréscimo da diferença remanescente.

§ 1º A integralização de que trata o **caput** deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2º desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.

Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

§ 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o **caput** deste artigo.

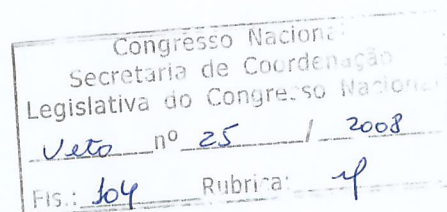
§ 2º A União será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos.

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Parágrafo único. A atualização de que trata o **caput** deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

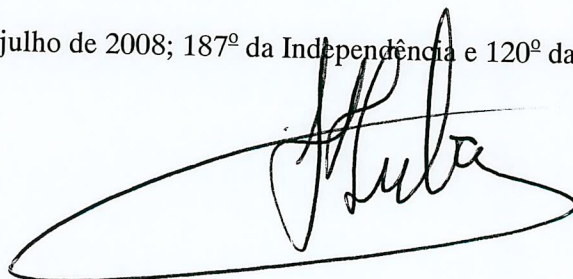
Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal.


Art. 7º (VETADO)



Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de julho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

A large, stylized handwritten signature, likely of Luiz Inácio Lula da Silva, is written in black ink. The signature is enclosed within a large, horizontal oval loop.

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
Veto nº	25 / 2008
Fis.: 105	Rubrica: 

Aviso nº 595 - C. Civil.

Em 16 de julho de 2008.


A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Veto parcial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 59, de 2004 (nº 7.431/06 na Câmara dos Deputados), que, com veto parcial, se converteu na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
Veto nº	25 / 2008
Fis.: 66	Rubrica: l

Manoel
MAT 2086-5
17-31
18-7-08

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2004
(nº 7.431/2006, na Câmara dos Deputados)

EMENTA: Regulamenta a alínea “e” do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

AUTOR: Sen. Cristovam Buarque

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 23/3/2004 – DSF de 24/3/2004

COMISSÕES:

Constituição, Justiça e Cidadania

Educação

RELATORES:

Sen. Mozarildo Cavalcanti
(Parecer nº 1.029/2006-CCJ)

Sen. Lúcia Vânia
(Parecer nº 1.030/2006-CE)

ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Através do Ofício SF nº 1.605, de 23/08/2006

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 24/8/2006 – DCD de 5/9/2006

COMISSÕES:

Educação e Cultura

Trabalho, de Administração e Serviço Público

Finanças e Tributação

Constituição e Justiça e de Cidadania


RELATORES:

Dep. Severiano Alves

Dep. Andréia Zito

Dep. Manoel Junior

Dep. Cezar Schirmer
Dep. Flávio Dino
Dep. Leonardo Picciani
(Redação Final)

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
✓ ES nº	25 / 2008
Fls.: 107	Rubrica: 

ENCAMINHAMENTO DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO SENADO:

Através do Ofício PS-GSE nº 381, de 1º/7/2008

TRAMITAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 1º/7/2008 – DSF de 2/7/2008

COMISSÕES:

Constituição, Justiça e Cidadania

Educação, Cultura e Esporte

Diretora

RELATORES:


Sen. Osmar Dias
(Parecer nº 610/2008-CCJ)

Sen. Ideli Salvatti
(Parecer nº 611/2008-CE)

Sen. Flexa Ribeiro
(Parecer nº 612/2008-CDIR)
Redação Final

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Através da Mensagem nº 92, de 3/7/2008

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
DET	nº 25 / 2008
Fis.: 108	Rubrica: 

VETO PARCIAL Nº 25, de 2008
aposto ao
Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004
Mensagem nº 86, de 2008-CN

Parte sancionada:

Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008
D.O.U. de 17/7/2008

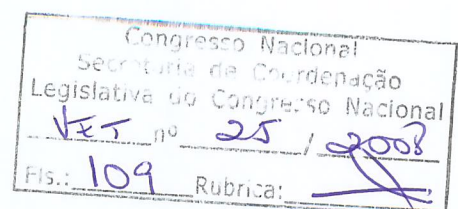
Partes vetadas:

- inciso I do art. 3º; e
- art. 7º.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:
SENADORES
DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:



Pontos: 119328 Ass: Uliani Origem: CN

OF. nº 447/2008-CN

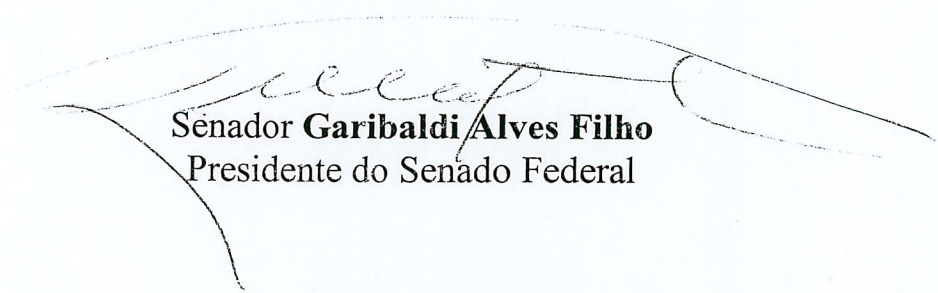
Brasília, em 4 de agosto de 2008

Senhor Presidente,


O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 86, de 2008-CN (nº 508/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004 (nº 7.431/2006, na Câmara dos Deputados), que “Regulamenta a alínea ‘e’ do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica”.

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a V. Exª a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto. Remeto, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.


Sênador **Garibaldi Alves Filho**
Presidente do Senado Federal

Exmº Sr.
Deputado **Arlindo Chinaglia**
Presidente da Câmara dos Deputados

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET	nº 25 / 2008
Fls.: 110	Rubrica: 

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Solicito ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados as indicações dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar as Comissões Mistas a serem incumbidas de relatar os vetos que acabam de ser lidos.



O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 29 de novembro de 2008.

As matérias vão à publicação.





Câmara dos Deputados



Em 28 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Democrata 18F
SEN JOSÉ AGRIPINO

idem - Líder.

Requeremos que os itens 01, 02, 05, 07, 10, 11, 12, 45, 54, 57, 68, 70, 71, 78, 86, 96, 103, 125, 127 e 139 não constem da cédula única de votação da sessão a ser realizada no dia 06.05.2009, conforme solicitação de vários partidos políticos, de ambas as Casas, que desejam apreciar estas matérias, posteriormente, com a garantia de *quorum* elevado.

Deputado **Gilmar Machado**

Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

PC do B
Sen Inácio Arruda

Dep Colbert Machado
Vice-Líder do PMDB/CD

Sen Valdir Raupp
Vice-Líder PMDB/ST

Líder PSDB/ST

Sen Luiz Antonio
PTB/ST

Líder do PR/ST
Sen João Ribeiro

Líder PT/ST

Albino
PSB-ST

Vaca
PT/CD

Sen João
PTB/ST

Sen João
PR/ST



Câmara dos Deputados

*Amado
13-5-09
Machado*

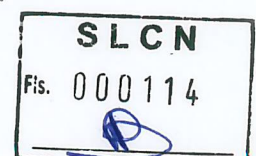
REQUERIMENTO Nº 10, de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Requeremos, nos termos do art. 50, do Regimento Comum, destaque para que os itens 04, 10, 15, 18, 25, 27-28 constantes da cédula de votação, sejam apreciados, posteriormente, na próxima Sessão do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2009.

Deputado Gilmar Machado
Vice-Líder da Liderança do Governo no Congresso





CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM/P nº 863/09

Brasília, 20 de maio de 2009.

Senhor Presidente,


Em atenção ao ofício CN, nº 447, de 4 de agosto de 2008, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **BEL MESQUITA (BLOCO PMDB)**, **CARLOS ABICALIL (PT)**, **ANDREIA ZITO (PSDB)** e **FLÁVIO DINO (BLOCO PCdoB)** para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei nº 7.431 de 2006, que "Regulamenta a alínea 'e' do inciso III do *caput* do art. 60 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente,


MICHEL TEMER
Presidente

Excelentíssimo Senhor
SENADOR JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
N E S T A

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	25 / 08
Fig.:	Rubrica: 



Documento : 42223 - 1

